O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 21 | Nº 62 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.14876838

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

A EPISTEMOLOGIA DO MEDO

Marcos Mattedi[1]

Maiko Rafael Spiess[2]

Resumo

Este estudo investiga as transformações recentes na Liberdade Acadêmica dentro das universidades, argumentando que a combinação entre pressões externas e divisões internas deu origem a um fenômeno que denominamos Epistemologia do Medo. O estudo adota uma abordagem qualitativa e ensaística, fundamentando-se na revisão de literatura e na análise de eventos e tendências acadêmicas globais. A pesquisa explora quatro dimensões de ataque à atividade científica: Desvalorização, Demonização, Destituição e Destruição. Os resultados indicam que a crescente instrumentalização das instituições acadêmicas compromete a autonomia da pesquisa e do ensino, consolidando um ambiente de controle e autocensura. Concluímos que a Epistemologia do Medo representa um mecanismo social de gestão da atividade acadêmica, reforçando a necessidade de medidas institucionais para restaurar e garantir a Liberdade Acadêmica.

Palavras-chave: Atividade Científica; Epistemologia do Medo; Liberdade Acadêmica; Universidade.

Abstract

This study investigates recent transformations in Academic Freedom within universities, arguing that the combination of external pressures and internal divisions has given rise to a phenomenon we call the Epistemology of Fear. The study adopts a qualitative and essayistic approach, based on a literature review and an analysis of global academic events and trends. The research explores four dimensions of attack on scientific activity: Devaluation, Demonization, Dismissal, and Destruction. The results indicate that the increasing instrumentalization of academic institutions compromises the autonomy of research and teaching, consolidating an environment of control and self-censorship. We conclude that the Epistemology of Fear represents a social mechanism for managing academic activity, reinforcing the need for institutional measures to restore and ensure Academic Freedom.

Keywords: Freedom; Epistemology of Fear; Scientific Activity; University.

INTRODUÇÃO

É curioso observar como os ataques à *Liberdade Acadêmica* se tornaram normais. Afinal, argumentos relativos à *Liberdade Acadêmica* parecem ter sido deliberadamente removidos dos debates sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades. E, paradoxalmente, às vezes até mesmo a simples menção suscita inquietação. Porém, os custos dessa indiferença não têm sido ainda satisfatoriamente examinados. Por um lado, a perda da *Liberdade Acadêmica* restringe a possibilidade de aprendizagem compartilhada; por outro, acaba também bloqueando o ritmo de produção de novos conhecimentos. O efeito combinado desses dois processos compromete a função da universidade como um bem público importante para a democracia. Essa situação não é apenas profundamente inquietante,

[1]. Professor da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: spiessbnu@gmail.com

[2] Professor da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: mspiess@furb.br

mas, sobretudo, cognitivamente desastrosa. Isso acontece porque a *Liberdade Acadêmica* costuma ser considerada como um valor fundamental indispensável para o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Diante desse contexto, este estudo propõe examinar a formação da *Epistemologia do Medo* como um fenômeno emergente na gestão da diversidade de opiniões no espaço acadêmico. Argumentamos que a instrumentalização das universidades por pressões externas e internas gera um ambiente de conformidade forçada e controle da dissidência intelectual. Dessa forma, a *Epistemologia do Medo* se manifesta por meio de quatro operações: *Desvalorização*, *Demonização*, *Destituição* e *Destruição* da atividade acadêmica e dos pesquisadores. Argumentamos que a *Epistemologia do Medo* induz a conformação, impossibilita a autonomia científica e enfraquece os princípios do ceticismo organizado e da revisão aberta pelos pares, características do fazer científico. Nesse sentido, o texto procura descrever o fenômeno emergente, analisando-o e propondo reflexões e abordagens para sua mitigação.

Essas análises baseiam-se metodologicamente em uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica não sistemática e na análise documental de estatísticas sobre o tema. O método empregado consiste na exploração de literatura acadêmica relevante, aliada ao exame de bases de dados institucionais que monitoram a Liberdade Acadêmica. Os dados secundários utilizados provêm de fontes consolidadas, com destaque para o *Academic Freedom Index*, produzido pela *Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg*, em parceria com o *Scholars at Risk Network* e o *V-Dem Institute*. O levantamento de dados foi conduzido por meio de buscas em diretórios de publicações científicas e na literatura especializada sobre o tema, incluindo livros e artigos acadêmicos que discutem a autonomia universitária e suas ameaças contemporâneas. A análise dos dados foi realizada utilizando o método de análise de conteúdo textual, de caráter reflexivo, visando identificar padrões e narrativas recorrentes na produção científica sobre o tema.

O estudo estrutura-se da seguinte forma: na seção seguinte, apresentamos a fundamentação teórica sobre a Liberdade Acadêmica e as ameaças contemporâneas a essa autonomia. Em seguida, discutimos as quatro operações da *Epistemologia do Medo* e suas implicações institucionais. Por fim, nas considerações finais, destacamos as consequências desse fenômeno e propomos caminhos para a defesa da *Liberdade Acadêmica*.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A *Liberdade Acadêmica* pode ser caracterizada genericamente como o direito de questionar o conhecimento existente. Invoca também a possibilidade de apresentação de novas ideias ou mesmo opiniões polêmicas, sem pôr em risco a integridade moral, profissional e física do postulante. Deriva de

duas fontes principais: *a) Idealismo Alemão:* a noção de *Akademische Freiheit* surgida no contexto da criação da Universidade de Berlim em 1810; *b) Pragmatismo Americano: Declaration of Principles of Academic Freedom and Tenure* estabelecida pela American Association of University Professors em 1915 (NELSON, 2010; STONE, 2015). Nesse sentido, o que diferencia a concepção alemã da concepção americana é que esta tolera atividades políticas. Logo, a *Liberdade Acadêmica* viabiliza institucionalmente a universidade como um espaço social de coexistência epistêmica (KNORR-CETINA, 1999), que possibilita pensar, investigar e expressar livremente. Parece, assim, que o ponto central é determinar quem pode dispor de *Liberdade Acadêmica*.

Afinal, quando se examina mais atentamente a questão, constata-se que a *Liberdade Acadêmica* se refere, ao mesmo tempo, aos acadêmicos e à instituição (ABY; KUHN, 2000; BARENDT, 2010). Nesse sentido, pressupõe duas dimensões: *a) Concepção Larga*: a liberdade colegiada do corpo universitário para o autogoverno, baseado no princípio de independência institucional; *b) Concepção Estreita*: a garantia dos professores de proteção contra interferências de terceiros. Isso ocorre porque a *Liberdade Acadêmica* implica, simultaneamente, uma *Liberdade Positiva* (controle da atividade acadêmica interna), mas também uma *Liberdade Negativa* (proteção contra o poder externo). Na prática, contudo, as duas dimensões são indissociáveis (BEAUD, 2021). Afinal, a garantia individual sem liberdade institucional é ineficaz. A diferença está entre aqueles que enfatizam a *Liberdade* e aqueles que enfatizam o *Acadêmico*. Porém, a questão é: o que acontece quando órgãos legítimos academicamente violam a *Liberdade Acadêmica* dos professores?

O que parece ser consenso entre os especialistas é que a *Liberdade Acadêmica* está diminuindo. Afinal, segundo o índice mundial de Liberdade Acadêmica: *Academic Freedom Index (AFi)* (GRIMM; SALIBA, 2017), os ataques à *Liberdade Acadêmica* são generalizados e estão se intensificando tanto no âmbito pessoal quanto no legal e econômico. Essas dimensões abrangem tanto a escala institucional quanto a individual. Nesse sentido, a taxonomia de violações da *Liberdade Acadêmica* abrange um amplo espectro que vai de difamações, perseguições, retaliações, prisões, violência física e mortes. Em média, cada ponto de dados no índice é baseado em avaliações de dez especialistas individuais de cada país. O índice é realizado em estreita cooperação com a *Friedrich-Alexander University Erlangen-Nürnberg*, *Scholars at Risk* e o *VDem Institute*. Sua última edição, baseada em pesquisa que cobre 175 países, indica que apenas 20% da população mundial viva em países onde a liberdade acadêmica é protegida, sinais de declínio são evidentes em muitos países.

O AFi fornece a primeira cobertura quase global de comparação histórica por país em várias dimensões da *Liberdade Acadêmica*. É composto por cinco indicadores codificados por especialistas que capturam elementos-chave na realização, de fato, da liberdade acadêmica: 1) Liberdade para

pesquisar e ensinar; 2) Liberdade de intercâmbio e divulgação acadêmica; 3) Autonomia institucional; 4) Integridade do campus; 5) Liberdade de expressão acadêmica e cultural.A pontuação agregada do índice é fornecida para países-anos quando pelo menos três indicadores atingem esse limite. O AFi é importante porque permite analisar a tendência de cada país e avaliar os impactos de mudanças na atividade acadêmica (GGPI; SCHOLARS AT RISK, 2021).

No Brasil, a *Liberdade Acadêmica* é uma questão particularmente sensível. Isso porque, no país, não apenas a universidade constitui uma instituição retardatária no processo de formação nacional, mas também é altamente vulnerável. A desvalorização institucional associada à baixa autonomia torna a atividade acadêmica muito instável. Assim, o histórico de intervenções, instrumentalizações e deslegitimações se repete quase que regularmente. Por isso, a comunidade acadêmica precisa estar constantemente vigilante, pois muitos professores e alunos foram presos, forçados ao exílio ou, até mesmo, mortos. Nos últimos anos, a política profundamente polarizada agravou problemas pré-existentes na regulamentação e governança do ensino superior (MENDES *et al*., 2020). Verifica-se, nesse sentido, que a intensificação de ataques a acadêmicos e suas instituições ocorre com uma frequência alarmante. Afinal, a atividade acadêmica possui um agenciamento social muito frágil, na medida em que os três pilares fundamentais que sustentam a universidade são muito instáveis: a) *Liberdade de Cátedra*: a atividade docente se tornou tóxica; b) *Autonomia Universitária*: estrangulamento financeiro; c) *Verdade Científica*: o obscurantismo institucionalizado.

Os ataques à Liberdade Acadêmica são multiformes, tanto em relação às suas fontes quanto aos graus e consequências. A intensidade e magnitude dos ataques constituem uma propriedade da diversidade institucional do agenciamento acadêmico e suas mediações com o contexto social (FRANGVILLE *et al*., 2021). Nesse sentido, é possível identificar quatro condicionantes principais: a) *Neoliberalismo:* a conversão da universidade em um negócio; b) *Populismo:* o fortalecimento dos regimes autoritários; c) *Informatização:* a massificação da tecnologia da informação; d) *Pós-modernismo:* a guinada relativista do conhecimento.

Ao se considerar esses fatores, torna-se possível a construção de uma matriz analítica que calibra: as *Fontes dos Ataques:* a) *Pressões Externas:* restrições financeiras e legais; b) *Pressões Internas:* regulações ideológicas autoimpostas; e os *Tipos de Ataques:* c) *Pressões Formais:* feitas por meios burocráticos institucionais; d) *Pressões Informais:* ataques dissimulados consentidos. Combinando os parâmetros da matriz, é possível estabelecer quatro modalidades arquetípicas de ataque à Liberdade Acadêmica atualmente:

a) *Externo-Formal (Ingerência interventora):* situação em que o Congresso ou as agências governamentais podem impor estratégias de gestão que reduzem recursos, criam padrões de avaliação ou promovem intimidações jurídicas;

b) *Externo-Informal (Intolerância ideológica):* situação em que organizações e associações da sociedade civil exercem pressão por considerarem algumas atividades acadêmicas moralmente ofensivas ou como doutrinação ideológica;

c) *Interno-Formal (Aparelhamento paternalista):* Situação em que reitores, diretores de unidade e chefes de departamento utilizam o repertório institucional e os mecanismos legais para criar regras, fazer ameaças e impor sanções;

d) *Interno-Informal (Obscurantismo cognitivo):* Situação em que mecanismos sutis são utilizados horizontalmente para impor conformidade de forma branda, por meio de uma nebulosa de códigos e valores.

Essas interações criam um *trade-off* de difícil equilíbrio. É o caso, por exemplo, de situações em que se estabelece um alinhamento entre a *Ingerência interventora* e a *Intolerância ideológica*, por um lado; e, por outro, o *Aparelhamento paternalista* e o *Obscurantismo cognitivo*. A tensão *Interno-Externo* estabiliza o contexto acadêmico, que é altamente sulfuroso.

Ou seja, atualmente, os ataques à *Liberdade Acadêmica* não são apenas externos (propensão à intervenção), mas também internos (propensão à repressão), sendo que os ataques internos se dão por meio de: a) *Imposição:* a *Liberdade Acadêmica* é atacada como sendo um privilégio de guilda que precisa ser quebrado por meio da precarização (SLAUGHTER; LESLIE, 1997; WASHBURN, 2005); b) *Autoimposta:* a *Liberdade Acadêmica* está em crise pela autoimposição de códigos no contexto das Guerras Culturais, que revogam a autonomia (BELGRAMI; COLE, 2015). Assim, a privatização e a precarização associam-se à agenda identitária, revogando, na prática, a *Liberdade Acadêmica* de maneira assustadora. A combinação desses dois processos promove uma intervenção cada vez maior nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em geral, além de afetar a autonomia dos docentes para pensar, investigar e expor suas ideias livremente. Em outras palavras, a perda de autogoverno acadêmico associa-se à violação da autonomia. Com efeito, o ataque à *Liberdade Acadêmica* é multiforme.

As tensões inerentes à delimitação da *Liberdade Acadêmica* parecem derivar da própria concepção de universidade. A universidade é uma instituição funcionalmente especializada no avanço e difusão do conhecimento. Esse objetivo possui dois pressupostos subjacentes: a) o conhecimento tem valor; b) a universidade promove esse valor. Isso significa que a *Liberdade Acadêmica* implica uma justificação epistemológica: uma teoria sobre como o conhecimento pode ser obtido e validado (SEARLE, 1972). Nesse sentido, justifica-se institucionalmente porque é mais provável que o conhecimento avance quando a investigação for aberta e as alegações forem submetidas a testes rigorosos. De fato, a autoridade acadêmica vem do conhecimento dos resultados existentes e do domínio das técnicas de validação e investigação de alguma disciplina acadêmica. Consequentemente, a

progressiva redução do perímetro de autonomia acabou normalizando, na universidade, uma *Epistemologia do Medo*.

A *Epistemologia do Medo* constitui um mecanismo de gestão de conflitos: *a forma como se exerce o controle social da atividade acadêmica*. Embora o clima varie de campus para campus, e mesmo de departamento para departamento, tornando difícil a generalização, é inegável a existência de um mal-estar generalizado. Por isso, nunca é demais enfatizar que a promoção da *Epistemologia do Medo* não é uma exclusividade ideológica, seja de esquerda ou de direita. Na verdade, constitui uma prática intelectual generalizada, profundamente enraizada na rotina acadêmica. Refere-se, praticamente, a todas as práticas e arranjos que contribuem para a ordem acadêmica e, em particular, influenciam os pesquisadores a se conformarem. Sua natureza varia em função dos tipos de definições e respostas ao comportamento acadêmico desviante, bem como da forma como o controle social é aplicado. Assim, a *Epistemologia do Medo* prevê e explica como as pessoas se comportam na universidade. Consequentemente, diante de sua existência e significado, cabe perguntar:

1) Em que medida o escrutínio irrestrito é permitido como meio de verificação de erros?
2) Qual a autonomia dos acadêmicos para manifestarem suas opiniões?
3) Até que ponto podem se posicionar sem medo de retaliação institucional?
4) As estruturas das universidades são suficientemente sólidas para mitigar a intimidação?

Os assuntos, fontes e contextos que ativam a *Epistemologia do Medo* são muito amplos. Afinal, envolvem manifestações sobre acontecimentos ou causas como, por exemplo, a questão do aborto, mudanças climáticas, coronavírus, relações exteriores, liberdade de expressão, gênero, imigração, política institucional, raça, religião, sexualidade ou status socioeconômico. Já as fontes desencadeadoras podem ser ativistas, administradores, ex-alunos, corporações, público, estudantes de graduação ou pós-graduação, políticos, figuras públicas, acadêmicos, interessados ou mesmo anônimos. Os contextos de expressão nos quais opera também são muito variados e podem se manifestar na sala de aula, em interação direta ou indireta, e-mails, protestos, comentários públicos, mídias sociais, reuniões ou tribunais. Finalmente, as demandas feitas pela fonte de um incidente de direcionamento identificado incluem: pedido de desculpas ou condenação, censura, rebaixamento, inclusão em lista, mudança de política, suspensão, rescisão, treinamento ou investigação vaga.

Porém, quando definida mais estritamente, a *Epistemologia do Medo* pode ser descrita como a organização da desinformação: *um mecanismo social pelo qual se exerce o controle da atividade acadêmica*. Ou seja, uma forma de conduzir as interações cognitivas, normativas, institucionais e existenciais na universidade, seja em termos de discussões, protestos, julgamentos ou ataques. Assim,

pode envolver a mobilização de muitas pessoas ou simplesmente um indivíduo mostrando desagrado em relação a outro; pode ocorrer sem o conhecimento de todos, como em denúncias anônimas, ou por meio de uma exibição pública; também pode consistir em muitos episódios espaçados ao longo do tempo, ou começar e terminar rapidamente; pode ainda ser unilateral (em uma única direção), bilateral (em ambas as direções) ou trilateral (com intervenção de um terceiro).

Para os presentes propósitos, basta dizer que essas formas de controle social se dividem em quatro grandes categorias, caracterizadas como os 4 "Ds": ***D_1* = *Desvalorização*:** substituição da pesquisa científica pela ficção ilustrada; ***D_2* = *Demonização*:** substituição do debate cognitivo pelo combate ideológico; ***D_3* = *Destituição*:** substituição da disputa institucional pela perseguição judicial; ***D_4* = *Destruição*:** substituição da luta política pelo poder do ataque físico.

Cada estágio de operação da *Epistemologia do Medo* estabelece uma métrica de validação (padrões, atributos e parâmetros) da disputa. Assim, enquanto no estágio de *Desvalorização* a disputa se restringe ao plano cognitivo, na *Demonização* ela passa para o ideológico, na *Destituição* para o institucional e na *Destruição* para o físico. Isso significa que, no estágio de *Desvalorização*, o desviante é considerado um debatedor; na *Demonização*, um oponente; na *Destituição*, um adversário; e na *Destruição*, um inimigo. Cada estágio envolve, evidentemente, um foco diferente, que vai desde o silenciamento na *Desvalorização* até o desencorajamento na *Destruição*, passando pela neutralização e estigmatização na *Destituição* e *Demonização*, respectivamente. Verifica-se, assim, que quanto mais intensa é a operação da *Epistemologia do Medo*, menos cognitivas se tornam as medições acadêmicas. Portanto, a estratégia teórica perseguida é verificar como cada dimensão da *Epistemologia do Medo* desencadeia outra, instituindo um *Estado de Sítio Cognitivo*.

No entanto, a maneira como a *Epistemologia do Medo* é distribuída academicamente não é uniforme socialmente. Na verdade, o agenciamento social da *Epistemologia do Medo* mobiliza, alinha e estabiliza hierarquicamente um amalgama de impostores, hipócritas, delatores e algozes. Nesse sentido, em termos de arquétipos sociológicos, é sustentada por um amalgama de quatro tipos principais: a) *Operadores:* oportunistas que promovem a agenda como um *group business* em busca de status, poder e dinheiro; b) *Apoiadores:* seguidores ingênuos que sustentam a agenda por convicção, em busca de superioridade moral; c) *Cúmplices:* oportunistas que consentem por conveniência prática; d) *Assustados:* maioria silenciosa com medo de ser condenada moralmente. Assim, embora a tipologia ainda não seja suficientemente precisa e detalhada, revela que a neutralização da aquisição de conhecimento científico é operada socialmente.

Para desenvolver este argumento, serão examinados criticamente os mecanismos sociais dos quatro níveis de operação da *Epistemologia do Medo*. Nesse sentido, o estudo foi dividido em seis partes

principais: a) inicia com a problematização da *Liberdade Acadêmica* e a definição da *Epistemologia do Medo*; b) na segunda, examina o processo de *Desvalorização* por meio da combinação de fatores psicológicos e sociológicos; c) na terceira parte, considera o processo de *Demonização* com base em normas sociais e artifícios retóricos; d) na quarta parte, aborda a questão da *Destituição* considerando os fatores legais; e) na quinta parte, discute a questão da *Destruição*; f) na parte de finalização, são apresentadas algumas sugestões para neutralizar os mecanismos de sustentação da *Epistemologia do Medo* e fortalecer a *Liberdade Acadêmica*.

DESVALORIZAÇÃO

No nível mais elementar de operação da *Epistemologia do Medo* encontra-se o processo de *Desvalorização* do debatedor. A *Desvalorização* constitui a tendência de rejeição da validade de argumentos científicos em função de pressupostos normativos (dogmatismo). Ela se materializa tanto no ofuscamento das diferenças entre narrativa e realidade quanto nas tentativas de suprimir evidências empíricas. Isso significa que os argumentos não são mais avaliados em termos de consistência lógica ou plausibilidade dos dados, mas em termos de compatibilidade ou incompatibilidade normativa. Consequentemente, os argumentos não são recebidos com contra-argumentos, e as evidências, com contra-evidências, mas sim de conformidade com a narrativa. Por isso, chega a ser um truísmo dizer que o mundo está polarizado e que nosso senso de realidade compartilhada está sob ataque (SUNSTEIN, 2019). Importa, portanto, assinalar que o processo de Desvalorização se baseia, ao mesmo tempo, no fechamento da dúvida e do debate: *uma combinação de dogmatismo e conformidade*.

Nesse sentido, a teoria da *Dissonância Cognitiva* ajuda a entender melhor como a *Desvalorização* opera na rotina acadêmica. A *Dissonância Cognitiva* foi identificada inicialmente na pesquisa sobre fanatismo em seitas religiosas (FESTINGER, 2009). Trata-se de um mecanismo de ajuste psicológico que os indivíduos estabelecem ao identificar um desacoplamento entre fato e crença. O caso dos membros da seita *Heaven's Gate* é bastante ilustrativo nesse contexto. Os membros da seita acreditavam que o mundo acabaria e que seriam resgatados por uma nave espacial que seguia o cometa Hale-Bopp. Por isso, alguns deles decidiram comprar um telescópio para produzir evidências. Quando não encontraram a nave, devolveram os telescópios, supondo que o problema estava no equipamento e não na crença (PILATI, 2021). Isso ocorre porque é sempre mais fácil adaptar a crença do que mudar as evidências. A *Desvalorização* é bastante similar, na medida em que se descartam evidências para manter a consonância, como na fábula da raposa de Esopo.

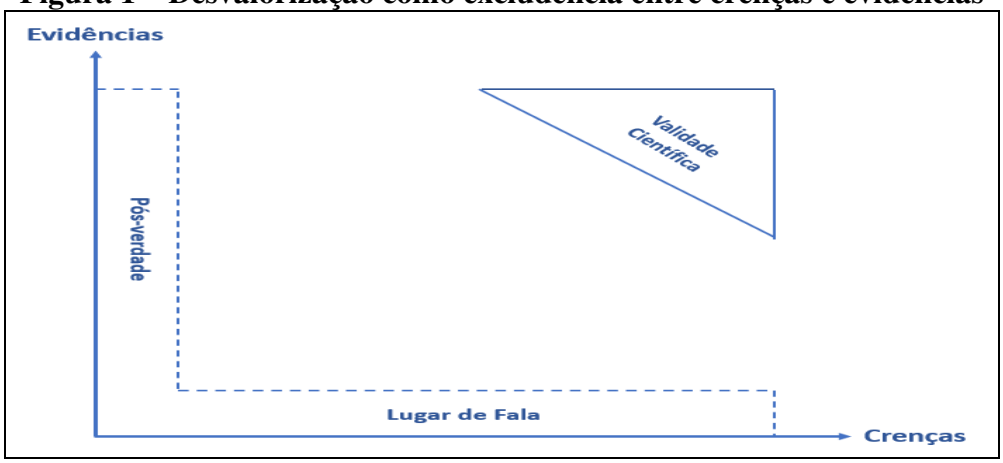
Porém, para entender sua dinâmica coletiva, precisamos traduzir a *Desvalorização* em termos kuhnianos. Do ponto de vista kuhniano, a *Desvalorização* pode ser descrita como uma estratégia organizada de negação de "anomalias" (KUHN, 1989). Trata-se de uma tentativa de negar a ocorrência de anormalidades e, assim, evitar a necessidade de ajustes ou mesmo do abandono do paradigma. Envolve, dessa forma, a tentativa de ocultar o que está bem à vista, desqualificando o argumento como um julgamento inadequado. Esse processo coincide tanto com a disseminação do relativismo quanto com a proliferação de informações pela internet. Isso significa que, quanto mais imediata for a desconsideração do argumento, menores serão os riscos de sua assimilação. Notadamente, verifica-se que o conhecimento científico deixa de ser um agente de crítica para se tornar um alvo de crítica. Afinal, a descoberta científica começa no reconhecimento de que a realidade violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal: *o novo fato implica o ajustamento completo do programa de pesquisa.*

A *Desvalorização* implica o *Fechamento Reflexivo* ao mundo para continuar acreditando. Trata-se de um mecanismo que opera ao mesmo tempo de forma individual e coletiva, por meio do qual criam-se, mantêm-se e disseminam-se crenças falsas (ELSTER, 2015). Assim, configura-se como uma estratégia de negação da validade do conjunto de convenções pelas quais o conhecimento é construído em termos lógicos e experimentais. A ideia de consenso científico é considerada suspeita, e a atividade científica é personalizada (FULLER, 2018). Essa postura é frequentemente acompanhada por falsificações e distorções cujo escopo é alterar completamente o curso anterior dos argumentos. Costuma-se dizer que verdade e validade constituem expressões utilizadas para reforçar a posição do que construímos. Ou seja, dizem respeito aos modos de administração de evidências consideradas intersubjetivamente relevantes na argumentação. Evidentemente, existem muitas expressões das práticas de *Desvalorização* nas universidades. Para ilustrar seu modo de operação, vamos considerar dois exemplos paradigmáticos:

a) *Lugar de Fala*: originada da expressão *"D'où tu parles, camarade?"* dos protestos de 68, a ideia evoluiu para uma visão que reduz argumentos a construções sociais, transformando "Lugar de Fala" em "Lugar de Origem". Sob a aparência de investigar motivações teóricas, o foco recai na identidade política: importa mais quem fala do que o que é dito. Assim, a identidade do interlocutor sobrepõe-se à consistência do discurso, desvalorizando a mensagem em favor de quem a transmite. Esse processo academicamente confunde diversidade de identidade com diversidade de argumentos.

b) *Pós-verdade:* refere-se ao abandono dos padrões de evidência e à ofuscação dos fatos na argumentação, onde apenas "verdades" que confirmam crenças pessoais são consideradas válidas (MCINTYRE, 2018; BOCK, 2019). Isso permite a persuasão por ideias que parecem verdadeiras, mesmo sem respaldo factual. O ceticismo em relação à ciência e aos métodos epistemológicos evoluiu para a rejeição da lógica científica, transformando o questionamento crítico em negação da realidade. Essa equivalência entre argumentos visa manipular moralmente os acontecimentos para controlar narrativas políticas.

Figura 1 – Desvalorização como excludência entre crenças e evidências



Fonte: Elaboração própria.

O que é comum entre os dois exemplos é a negação da posição epistêmica dos oponentes. No entanto, é interessante notar também que a lógica da *Desvalorização* opera de forma ambivalente: tanto restringindo (*Customização Epistêmica*) quanto, inversamente, aceitando todos os argumentos (*Poeira Epistêmica*). Assim, como ilustra a Figura 1, isso significa que, em termos cognitivos, o processo de *Desvalorização* opera em dois sentidos: a) *muita crença e pouca evidência* (Lugar de Fala); b) *muita evidência e pouca crença* (Pós-verdade). A relação entre crença e evidência visa desacreditar os argumentos: por um lado, constitui o efeito emergente do Fechamento Reflexivo a um conjunto de crenças; por outro, indica que o crescimento do conhecimento especializado implica em um aumento simultâneo da ignorância (BAUER, 1996). Isso incorre na *Falácia do Residencialismo Dual*: o pensamento correto somente é possível para alguns grupos sociais (DIXON, 1980). Em outras palavras, trata-se de um subterfúgio retórico utilizado para desqualificar o oponente e, dessa forma, bloquear o debate. Subordina-se, assim, a preocupação com "como é o mundo" pela preocupação com a "viabilidade do mundo".

O progressivo desacoplamento entre *Crença* e *Evidência* se manifesta mais explicitamente no *Negacionismo Científico*. O *Negacionismo Científico* constitui uma das principais pragas cognitivas da atualidade. Afinal, implica tanto a negação da legitimidade da ciência enquanto instituição quanto da validade do conhecimento científico. Trata-se de um fenômeno amplamente discutido na literatura sobre pseudociência (KAUFMAN *et al*., 2019) e também sobre a questão da demarcação entre ciência e pseudociência (PIGLIUCCI; BOUDRY, 2013). Apesar da situação alarmante, é possível detectar alguns padrões subjacentes (HANSSON, 2016). Vários autores comentaram as semelhanças entre as negações científicas relacionadas a temas como evolução, vacinação, mudanças climáticas, alimentação, tabagismo, entre outros (SCHMID; BERTSCH, 2019). Uma descoberta importante desse conjunto de trabalhos recentes revela que a aceitação ou rejeição das evidências científicas não depende de quão

verdadeiras elas sejam (HECHT, 2019). Encerra-se, portanto, o *Paradoxo da Atividade Científica: a compreensão científica do mundo aumenta, mas a aceitação do conhecimento científico diminui.*

Inicialmente, é preciso reconhecer que o crescimento do *Negacionismo Científico* no início do século XXI é um fenômeno ao mesmo tempo intrigante e desconcertante (BLANCO; MATUTE, 2019). Afinal, historicamente, as pessoas sempre lutaram para ter acesso às informações científicas; porém, agora resistem a elas porque acreditam que sejam potencialmente nocivas. Se, no passado, a escassez de informações confiáveis fortalecia a crença em superstições, atualmente isso não se justifica, dada a grande acessibilidade de informações baseadas em fatos. Ao mesmo tempo, verifica-se um aumento progressivo da educação científica com a massificação da escolarização. Por isso, o *Negacionismo Científico* não pode ser atribuído à falta de acesso à informação ou à falta de educação (BRONNER, 2013). O desafio aqui consiste em explicar por que, paradoxalmente, à medida que aumenta o acesso à informação, diminui a confiança na atividade científica. Essa tendência de intensificação indica que o *Negacionismo Científico* não é apenas um fenômeno isolado, mas múltiplos fenômenos simultaneamente.

Por isso, para entender a força do *Negacionismo Científico*, precisamos partir de uma concepção relacional. Muitas vezes, a crítica ao *Negacionismo Científico* pressupõe, inversamente, que seja difícil duvidar da ciência. Porém, na verdade, o conhecimento científico encontra-se numa posição mais frágil do que parece. Afinal, com o desenvolvimento da abordagem da *Sociologia da Ciência* (Merton, Bernal, Price), da *Sociologia do Conhecimento Científico* (Bloor, Barnes, Collins) e da *Sociologia da Pesquisa Científica* (Latour, Callon, Law), verifica-se que não é difícil duvidar da ciência (MATTEDI, 2017). Por um lado, a ligação da atividade científica com o desenvolvimento tecnológico deixou um rastro de destruição significativo; por outro, para um leigo, a maior parte das descobertas permanece completamente exótica. Consequentemente, o *Negacionismo Científico* depende, relacionalmente, de como a atividade científica é desenvolvida e concebida. Por isso, para entender este processo, precisamos examinar dois fenômenos que se interligaram socialmente:

1) *Esquemas mentais*: limitados por nossas capacidades cognitivas, interagimos com um mundo complexo e repleto de informações ambíguas, incompletas e imprecisas, o que torna nossa percepção da realidade imperfeita (HASELTON; NETTLE, 2006). Muitos de nossos equívocos são universais e previsíveis, como o *Viés de Confirmação* (vemos o que queremos), o *Viés de Retrospecção* (lembramos o que nos interessa) e a *Ilusão de Causalidade* (percebemos relações inexistentes) (GILOVICH et al., 2002). Dada nossa dificuldade em processar e lembrar detalhes, projetamos nossos desejos em nossas observações, influenciando nossa percepção da realidade.
2) *Filtragem algorítmica:* com o crescimento exponencial de informações, intensificado pela internet, a sobrecarga informacional reduziu a compreensão e ampliou a ignorância, alcançando volumes na ordem de zettabytes (CARDON, 2015). Para lidar com essa massa de dados, as mídias sociais desenvolveram algoritmos que personalizam conteúdos, facilitando o

> acesso rápido à informação (Curadoria do Conteúdo Conectado) (FINN, 2017). No entanto, esses algoritmos aprisionam os usuários em bolhas de IA. Com a proliferação de plataformas como Facebook, YouTube, Twitter/X e WhatsApp (FUCHS, 2017), esse ambiente contribuiu para o fortalecimento social do *Negacionismo Científico*.

O efeito combinado de nossos limites cognitivos individuais com a customização algorítmica da informação fez a comunidade científica perder o controle sobre o ceticismo. A dúvida constitui uma condição básica para o desenvolvimento da atividade científica. Afinal, a produção de novos conhecimentos parte do questionamento dos pressupostos existentes (MATTEDI, 2006). Porém, nossa propensão evolucionária a acreditar está associada ao apelo emocional das mídias sociais, que ajudaram a criar uma cultura cognitiva que valoriza formas não-racionais de escolha (SCHEITHAUER, 2009). Assim, a desorganização social do ceticismo acabou favorecendo o surgimento do *Sociologismo*. O *Sociologismo* refere-se à conversão da crítica sociológica da atividade científica em uma ideologia que nega a validade da ciência. Compreende, assim, uma espécie de *Raciocínio Motivado* (KUNDA, 1990). Ou seja, o Sociologismo constitui um *Antolho Cognitivo: a contextualização social que questiona seletivamente os fatos científicos conforme a conveniência política.*

Portanto, a *Desvalorização* constitui uma espécie de *Ludismo Cognitivo*: a recusa organizada de conhecer na universidade. Afinal, quando se torna um conjunto de suposições, crenças ou credos inquestionáveis, instaura-se uma *Xenofobia Epistêmica*: declara-se um domínio próprio para si mesmo e, em seguida, bane todas as teorias contrárias para um domínio indiferenciado de ilegitimidade. Esse processo opera, simultaneamente, tanto pela perda da liberdade de fazer perguntas quanto pela obrigação de apresentar evidências: despreza-se a necessidade de fornecer razões e evidências para justificar as crenças. Se, por um lado, ostraciza hereges em sombrios anátemas acadêmicos, por outro, inversamente, beatifica imposturas intelectuais sustentadas por jargão obscuro. Essa *suma divisio* instaurada pela dinâmica desvalorizadora não é apenas arriscada, mas também academicamente nauseante: *cria um círculo vicioso em que o impedimento da atividade cognitiva bloqueia pontos de vista, e o bloqueio de pontos de vista impede a atividade cognitiva.*

DEMONIZAÇÃO

A *Demonização* começa quando a preocupação com a argumentação é substituída pela difamação. Por isso, é empregada sempre que as táticas de *Desvalorização* não são suficientes para produzir conformidade. Envolve relações de hostilidade interpessoais, baseadas na intolerância. Exprime uma mudança de estatuto social, na medida em que o sujeito deixa de ser considerado um debatedor e passa a ser visto como um oponente. Assim, o indivíduo não é mais contestado em termos

de julgamentos cognitivos, mas acusado em relação à sua idoneidade moral. Não importa a sofisticação ou engenhosidade dos argumentos: os dissidentes não são apenas considerados errados, mas também moralmente maus. Isso indica que o fluxo da disputa não é mais o de resistir e contestar paradigmas cognitivos ou normas disciplinares. O propósito implícito é estabelecer uma linha oficiosa de questões proibidas ou incomensuráveis. Portanto, no processo de *Demonização*, assinala-se a mudança de nível: da divisão do "erro epistêmico" para a "falha moral".

A *Demonização* vem sendo potencializada nos últimos anos pela intensificação da *Guerra Cultural*. A *Guerra Cultural* constitui um conflito entre grupos sociais pela luta pelo domínio de seus valores, crenças e práticas. Refere-se a questões que desencadeiam a polarização de valores, como aborto, homossexualidade, transgêneros, pornografia, multiculturalismo, racismo, entre outros (HUNTER, 1991). O crescente reconhecimento de diversas culturas e normas contrapõe a preocupação com os outros à preocupação com a ordem social. Dessa forma, a questão da permissividade moral foi progressivamente substituída pela transformação do relativismo cognitivo, que reduz o conhecimento a uma função de grupo de adesão. Nesse contexto, como as universidades em geral e a atividade acadêmica em particular têm estado na vanguarda dos debates, essas questões se manifestam de forma ainda mais aguda. Portanto, à medida que as atividades acadêmicas se engajam em escaramuças da *Guerra Cultural*, o ambiente acadêmico se degrada.

Porém, a estrutura profunda da *Demonização* parece estar ligada também à necessidade de *Sinalização de Virtude*. Trata-se da expressão de um ponto de vista normativo com a intenção de indicar integridade moral (exibir virtudes morais, princípios éticos, convicções políticas ou escolhas de estilo de vida) (MILLER, 2019). É mais bem compreendida como a manifestação de uma sensibilidade, uma instância de diferença social empregada para fins ideológicos. Atualmente, na *Câmara de Eco Acadêmica*, tornou-se moralmente obrigatório sinalizar uma inclinação moral identitária. Contudo, qualquer questionamento é considerado uma falta de sensibilidade ou comprometimento moral. O principal custo dessa hegemonia é o estigma e o ostracismo de ideias e acadêmicos transgressores. Afinal, acaba legitimando "diretores de consciência" que fomentam a conformidade forçada e demandam a censura de pessoas que expressam opiniões contrárias. Assim, paradoxalmente, engendra-se o *Paradoxo da Tolerância: a promoção da tolerância é feita com intolerância*.

A *Demonização* exprime, assim, a prevalência da sinalização moral para o grupo de adesão em detrimento da pluralidade acadêmica. Afinal, a força acadêmica motivadora da *Demonização* é a indignação moral em nome de uma causa ou de um grupo. Baseia-se na distinção leninista entre *Istina* (verdade objetiva inferior) e *Pravda* (verdade política superior) (ELLIS, 2002). Indica também a falta de distinção entre fora/dentro, poder/conhecimento, ação/pensamento, política/verdade e, ironicamente, a

ideia de que o senso de responsabilidade como cidadão poderia afetar legitimamente a sua erudição. Por isso, transforma qualquer questionamento, desgosto ou decepção moral em uma ameaça social que deve ser denunciada. Caracteriza-se academicamente por uma *Abertura Sectária* da universidade. Pressupõe, assim, o aparelhamento ideológico da atividade acadêmica e a submissão e intimidação de acadêmicos recalcitrantes. Nesse sentido, o processo de *Demonização* pode ser ilustrado por meio de dois exemplos típicos:

a) *Empreendedorismo Moral*: trata-se da criação e imposição de normas, liderada por indivíduos ou organizações que influenciam grupos a adotar padrões de comportamento (BECKER, 2008). Os empreendedores morais dividem-se em dois grupos: *Criadores de Normas*, que identificam males sociais a serem combatidos, e *Impositores de Normas*, que organizam sua aplicação para justificar seu papel social. Na academia, o aumento de "moralistas acadêmicos" (POZEN, 2008; POSNER, 1999) intensifica a Demonização, tratando opositores à moralização como adversários no processo normativo.

b) *Pânico Moral*: é um medo generalizado de que algo ou alguém ameace os valores ou interesses de um grupo, podendo ser uma ameaça imaginária ou exagerada (COHEN, 2002; GOODE; BEN-YEHUDA, 2009). Os *Guardiões da Moralidade* lideram a resposta, mobilizando especialistas para diagnosticar e propor soluções, frequentemente de forma sensacionalista. Esse processo cria estereótipos (demônios populares) que ameaçam a moralidade e manipula estatísticas para gerar ansiedade pública, incentivar hostilidade contra desviantes e reforçar o controle social.

A *Demonização* representa a substituição das *Constatações* pelas *Projeções*. Fundamenta-se em uma espécie de *Essencialismo Estratégico*: a criação de uma certeza indiscutível que impede a distinção entre fatos e valores. Afinal, a subordinação dos enunciados descritivos e prescritivos proporciona ao discurso uma certeza moral que a ciência, por sua natureza, não pode ter. Nesse sentido, inverte a concepção convencional da atividade acadêmica, substituindo os *Compromissos Acadêmicos* (ceticismo organizado) pelo *Favoritismo Intragrupal* (identificação grupal). Verifica-se, assim, que a *Demonização* constitui o efeito combinado de dois processos: a) a diluição da fronteira institucional que separa a atividade acadêmica do engajamento político (Empreendedorismo Moral); b) o profundo senso de convicção de que as ações de alguém são moralmente corretas e servem a uma causa superior (Pânico Moral). Portanto, pode-se afirmar que, quanto mais forte o sentimento de *Convicção Moral* (Projeções), menor a importância das *Evidências Empíricas* (Constatações).

Seja institucional (sistemática) ou individual (situacional), a *Demonização* constitui um processo gerado por expectativas interdependentes. Em geral, envolve um conflito entre um grupo considerado *Defensor da Conformidade* e um grupo considerado *Transgressor da Conformidade*. Nesse sentido, a relação entre *Conformidade* e *Transgressão* implica sempre uma amalgama entre questões, desvalorização, derivações e oposição entre *Dominante* e *Dominado*. Esse processo transforma o falado e o escrito em objetos legítimos de regulamentação formal. Afinal, a mídia social cria as condições para

que um pequeno número de professores ou alunos promova vinganças punitivas. O objetivo da *Demonização* não é simplesmente proibir certos tabus, mas garantir o policiamento da linguagem no campus por meio da *Obstrução Discursiva*. Como lembra Bacon, amargamente: "*Audacter calumniare, semper aliquid haeret*" ("Caluniar sem medo, algo sempre gruda").

A *Demonização* está relacionada à *Cultura de Vitimização* (CAMPBELL; MANNING, 2018). Afinal, a *Cultura de Vitimização* está diretamente associada ao *Favoritismo Intragrupal*. Nesse sentido, caracteriza-se por uma "proteção vingativa", pois se baseia em um comunitarismo exclusivo (MESSU, 2018) e desencadeia uma concorrência vitimista. Trata-se de um agenciamento social bem documentado, cuja bibliografia disponível continua a crescer (SYKES, 1992; ERNER, 2006; ELIACHEFF; LARIVIÈRE, 2007; MESSU, 2018). A *Cultura de Vitimização* não apenas confere status moral superior aos que sofrem, mas também valoriza aqueles que vigiam sinais de opressão. Contudo, ela trata toda forma de ceticismo à narrativa como uma ofensa grave, sendo alimentada por uma ideologia perniciosa que se transforma em vitimismo. Além disso, pressupõe sempre a intermediação de terceiros, principalmente autoridades legais. Na universidade, as principais mudanças e alterações provocadas pela *Cultura de Vitimização* dizem respeito à *Obstrução Discursiva*.

A *Obstrução Discursiva* compreende o momento em que o altruísmo acadêmico se torna institucionalmente patológico. Está relacionada à imposição de códigos de fala: regulamentos e protocolos que disciplinam a comunicação interpessoal nos *campi*. Refere-se ao aumento das proibições formais e informais, aplicadas além das preocupações com o discurso ofensivo e prejudicial. Enquadra-se no que tem sido descrito como *Governança Linguística* (PUPAVAC, 2012): restrições à liberdade julgadas necessárias para proteger os indivíduos do risco moral. Marca a passagem da preocupação com danos físicos para danos psicológicos. Esse processo é impulsionado academicamente por presunções de vulnerabilidade e abuso, manifestando-se em ações como *Political Correctness*, *Safe Spaces*, *No Platforming* e *Trigger Warnings* (MACDONALD, 2018). Nesse sentido, a *Obstrução Discursiva* sufoca a atividade acadêmica, pois impede que assuntos ou questões consideradas sensíveis sejam abordados livremente de duas maneiras:

a) *Reductio ad Hitlerum*: cunhada por Leo Strauss em 1950, a expressão descreve uma tática retórica usada para desqualificar argumentos, encerrar debates ou evitar discussões substantivas. Também chamada de Hitler Card, provoca reações emocionais agressivas, desviando o foco dos argumentos para o oponente. Relacionada à Lei de Godwin, que prevê a crescente probabilidade de comparações com Hitler em debates intensos, a estratégia é psicologicamente abusiva, por manipular emoções, e logicamente falaciosa, por constituir um ataque ad hominem. Ao gerar culpa por associação, torna-se uma forma de desumanização.

b) *Kafkatrapping*: é uma tática retórica onde a negação de uma acusação se torna prova da própria culpa, similar ao teste das bruxas: qualquer resposta resulta em condenação (RAYMOND, 2015). A recusa em admitir culpa por racismo, sexismo ou outras opressões é interpretada

> como confirmação dessa culpa. O objetivo é gerar uma culpa flutuante no acusado, manipulando-o para servir aos interesses do acusador. Essa estratégia busca levar o indivíduo à autocondenação, tornando-o cúmplice na aplicação do *Kafkatrapping* a outros.

Nota-se, assim, que o traço mais evidente do processo de *Demonização* é a condenação moral. Embora a extensão dependa das estratégias utilizadas, o critério central da *Demonização* é o dano provocado à reputação. Afinal, ela sempre tem um efeito duradouro sobre a atividade acadêmica do pesquisador. Nesse sentido, a *Demonização* baseia-se em duas operações complementares: a) *Estigmatização*: recriminar a postura acadêmica como normativamente reprovável (comunista, fascista, machista, racista); b) *Patologização*: transformar a postura acadêmica em uma anomalia que deve ser evitada (transfóbico, homofóbico, cristofóbico, demofóbico). Assim, a *Demonização* constitui uma estratégia discursiva que gera regras e normas de conduta utilizadas para etiquetar moralmente e, dessa forma, neutralizar a atividade cognitiva. Essa etiquetagem serve para configurar como os argumentos e os autores devem ser considerados academicamente. Compreende, portanto, um ultraje manufaturado: uma indignação fabricada para neutralizar críticas.

A *Demonização* constitui a *Desgraça Moral*: uma marcação que associa a atividade acadêmica ao mal. Seu objetivo é suprimir a investigação e o debate, questionando a integridade moral do pesquisador. Para isso, frequentemente emprega estratégias de difamação e estigmatização que impedem críticas francas. Não se trata apenas do obscurantismo que interfere na percepção da realidade (*Desvalorização*); mais importante, envolve a condenação de pontos de vista divergentes como antiéticos. Por isso, a mera sugestão de que um determinado conjunto de ideias pode causar ofensa ou desafio é suficiente para colocar a "patrulha cognitiva" em ação. A *Demonização* baseia-se, assim, em uma antipatia agressiva em relação a pesquisadores com pontos de vista contrários. Sob essas condições, a maior parte dos acadêmicos simplesmente se retira do debate público, expressando a acomodação das universidades aos objetivos ideológicos dos "cruzados culturais". Portanto, a Demonização encerra o *Paradoxo das Consequências: boas intenções podem ter consequências negativas.*

DESTITUIÇÃO

A *Destituição* diz respeito ao processo de intimidação, ou seja, à tentativa de bloquear as condições materiais de subsistência. Nesse sentido, constitui o momento em que a atividade acadêmica passa a ser criminalizada: a *confrontação acadêmica é convertida em retratação, rebaixamento, suspensão ou demissão*. Seu objetivo é prejudicar financeiramente professores que desafiam os pontos de vista hegemônicos. Trata-se de ameaças que, muitas vezes, surgem de forma dissimulada, erodindo

lentamente os alicerces da liberdade acadêmica. Embora a atividade acadêmica não esteja sob controle direto de autoridades repressivas, um padrão comum é a criação de uma atmosfera geral de restrição, em que ameaças potenciais são suficientes para debilitar a *Liberdade Acadêmica*. Assim, a *Destituição* compreende um estado no qual os cientistas temem ser punidos por falar a verdade. Em outras palavras, acadêmicos são castigados por outros que não compartilham suas crenças. Portanto, sinaliza a transição da tática de estigmatização para a retaliação.

De forma geral, o mecanismo de operação está relacionado aos aspectos centrais da teoria do *Controle Social*. Do ponto de vista do *Controle Social*, constitui uma resposta clássica ao que é considerado desvio, transgressão ou não conformidade (BLACK, 1993). Inclui situações em que um indivíduo ou grupo exige que o acadêmico ou a instituição tome medidas para remediar a situação. Frequentemente, envolve esforços para investigar, sancionar ou penalizar profissionalmente um acadêmico por desenvolver e expressar suas pesquisas. Por um lado, é um modo de conflito burocrático e administrativo, em que o alvo do ataque é o posto, cargo e salário; por outro, constitui uma penalidade imposta pelo Estado. Nesse sentido, a principal estratégia de *Controle Social* é a perseguição criminal da atividade acadêmica, transformando a rotina acadêmica em um tipo de agenciamento social não aceitável ou tolerável. O *Controle Social*, em geral, e a criminalização, em particular, têm um *Efeito Dissuasor*: enfraquecem a atividade acadêmica.

Porém, não é possível entender plenamente o mecanismo de operação da *Destituição* sem considerar o processo de judicialização da atividade acadêmica. A judicialização refere-se ao processo pelo qual questões políticas, sociais e morais passam a ser resolvidas por meio da mediação do Poder Judiciário. Esse fenômeno sinaliza a redefinição das relações entre instituições e indivíduos, em que a legalização (exame judicial) é substituída pelo legalismo (proposição legal) e pela expansão das competências dos tribunais. Por um lado, está relacionada à ampliação do poder judiciário; por outro, à substituição das normas acadêmicas informais por normatizações formais. O efeito combinado disso é o progressivo processo de diminuição da autonomia acadêmica: a) *Perda da Competência*: contestação judicial dos resultados de processos seletivos, bancas ou concursos; b) *Intimidação Judicial*: penalização e disciplinamento da atividade acadêmica. Esse processo indica, simultaneamente, o aumento da supervisão do poder judiciário e a transformação da atividade acadêmica em um processo judicial.

Frequentemente, a *Destituição* é acionada por governos ou pelas próprias universidades. Às vezes, envolve fatores internos à universidade, relacionados a um programa de curso ou tema de pesquisa; outras vezes, está vinculada a posicionamentos políticos externos. Contudo, em quase todos os casos, a atividade acadêmica é considerada ofensiva ou uma ameaça aos poderes existentes. Nesse contexto, a *Destituição* reflete, na maioria dos casos, tanto tentativas de intervenção quanto retaliações

às atividades acadêmicas. Por isso, as atividades acadêmicas são frequentemente distorcidas e submetidas a intensas campanhas sensacionalistas. Assim, por exemplo: um apelo à *Liberdade Acadêmica* pode ser interpretado como corporativismo ou privilégios de guilda; um apelo à *Liberdade de Expressão* transforma-se em crime de ódio; um apelo à mobilização acadêmica ou greve é considerado um apelo à violência. Para ilustrar os riscos atuais relacionados ao processo de Destituição, podemos recorrer a dois exemplos significativos:

a) O *Journal of Controversial Ideas exemplifica* os riscos associados à *Destituição* ao oferecer aos autores a opção de publicar sob pseudônimo, protegendo-os de represálias à carreira ou à segurança (MCMAHAN et al., 2021). Criada em resposta ao aumento de retaliações contra ideias consideradas censuráveis, a revista defende que as ideias sejam julgadas por seus méritos, não pelas características pessoais dos autores. Na primeira edição, três dos dez autores optaram pelo anonimato, evidenciando a importância dessa medida para garantir a liberdade intelectual.

b) *Uberização da universidade*: a *Destituição* reflete a intensificação da supervisão tecnocrática na academia, impulsionada pela globalização e avanços tecnológicos, que estabelecem novos sistemas de controle e recompensas (HALL, 2016). Esse processo rebaixa a formação superior ao treinamento profissional e a pesquisa científica ao desenvolvimento de produtos, além de promover a economia da reputação baseada em rankings. Essas tendências, somadas à invasão da vida privada dos acadêmicos, sobrecarregam a atividade acadêmica e comprometem sua sustentabilidade.

O processo de *Destituição* fundamenta-se repetidamente em discursos que retratam as universidades, em geral, e os professores, em particular, como ilegítimos ou perigosos. Constitui uma espécie de compensação que se baseia politicamente em três operações: a) *Normatização*: enquadramento da atividade acadêmica em padrões rígidos; b) *Mobilização*: denúncia pública da atividade acadêmica; c) *Criminalização*: judicialização das práticas acadêmicas. Em outras palavras, implica padronização para que todos se adequem estritamente às normas. Nesse contexto, existem duas táticas principais: a) *Interna* (Campanhas de Demissão): lançar petições para exigir a demissão de acadêmicos com pontos de vista divergentes; b) *Externa* (Caçadas Jurídicas): ações judiciais movidas por grupos externos à universidade, sob acusações como crimes de ódio. Essas táticas compreendem medidas disciplinares com função exemplificadora, destacando-se atos relacionados à expressão de opiniões ou ao desempenho das funções no âmbito do trabalho.

Como um mecanismo institucional, a *Destituição* baseia-se em um processo iterativo. Por isso, a característica mais notável é que, a cada vez que o *Ciclo de Retroalimentação Conformista* é ativado, o processo se intensifica. Nesse sentido, evolui de uma retratação pública ou treinamento forçado para um processo administrativo, suspensão das atividades, perseguição judicial e, por fim, demissão. O padrão comum nesse processo é que o descumprimento dessas obrigações implica sanções disciplinares (JARECKI; KAISTH, 2009). Esse sistema conta com o suporte de uma surpreendentemente ampla

variedade de dispositivos, que incluem não apenas disposições legais, mas também órgãos de apoio e agentes operacionais. Esses dispositivos constrangem e obrigam os pesquisadores a desenvolverem suas atividades com reserva e discrição. Em outras palavras, à medida que a capacidade de controle aumenta, a autonomia dos pesquisadores diminui. Portanto, a questão-chave para compreender o processo de *Destituição* é o aumento progressivo da capacidade de regulação e controle.

Nesse sentido, a *Destituição* está relacionada à crescente burocratização da universidade. A burocratização caracteriza-se pelo aumento das "atividades-meio" em detrimento das "atividades-fim". Por um lado, indica que os cargos administrativos tendem a crescer mais rapidamente do que os docentes; por outro, o corpo docente encontra-se cada vez mais preso em questões administrativas, em detrimento da pesquisa (GORNITZKA *et al*., 1998). Esse fenômeno opera de forma bidimensional: a) Aumento do controle regulatório: intensificação das formas de supervisão sobre a atividade individual dos professores; b) Redução das garantias coletivas: enfraquecimento do engajamento coletivo do corpo docente dentro da universidade. O efeito combinado materializa-se no endurecimento simultâneo das formas de controle e das penalizações. Assim, o aumento das restrições e a diminuição da autonomia tornam o desenvolvimento das atividades acadêmicas cada vez mais instável. Uma suposição importante aqui é que o fortalecimento dos mecanismos de controle resulta de uma combinação de diferentes processos.

Assim, é razoável supor que o processo de *Destituição* constitui o efeito emergente de um conjunto de forças ambivalentes. Não se trata de um processo planejado, mas do resultado de múltiplas decisões tomadas em diferentes níveis. A Destituição reflete o efeito combinado de fatores internos e externos: a) *Internos*: quando estudantes e professores exigem novos mecanismos acadêmicos; b) *Externos*: quando atores externos, que controlam recursos vitais para a universidade, impõem novas regras. Nesse contexto, a autonomização dos mecanismos de controle é uma consequência não intencional da expansão das lógicas de administração e gestão, tanto horizontalmente (departamentos e centros) quanto verticalmente (conselhos e comitês). Esse fenômeno caracteriza-se pelo enfraquecimento do processo de gestão colegiada e pelo aumento da estrutura administrativa convencional. Em outras palavras, ocorre uma progressiva substituição da confiança pela norma.

O crescimento da Destituição é impulsionado simultaneamente pela demanda de controle externo e pela oferta de controle interno do corpo docente.

a) *Criminalização Acadêmica*: refere-se ao uso de dispositivos legais para o controle, perseguição e demissão de acadêmicos. Esse fenômeno ocorre quando processos judiciais injustos são instaurados sob o abrigo de leis destinadas a restringir a investigação e a expressão críticas. Esses dispositivos legais incluem, por exemplo, leis antiterrorismo ou outras legislações

repressivas. As motivações variam, abrangendo acusações de blasfêmia, difamação, sedição, espionagem ou segurança nacional, que tornam ilegal a expressão de opiniões acadêmicas.

b) *Dispositivos Fiscalizadores*: as universidades aplicam padrões de autocontrole à sua própria conduta por meio de medidas disciplinares e normatizadoras. Esses dispositivos visam inibir, bloquear ou punir declarações feitas em sala de aula, colunas de jornais, redes sociais, atividades sindicais, entre outros. Esse processo ocorre quando gestores e autoridades governamentais punem, dissuadem ou restringem o exercício da liberdade acadêmica e outros direitos protegidos, por meio de ações trabalhistas ou administrativas baseadas em alegações de mau desempenho ou violação dos termos de admissão. Entre as principais consequências, destacam-se: i) *Perda de posição*: por rebaixamento ou demissão; ii) *Suspensões*: temporárias ou permanentes; iii) *Expulsões*: de cursos, programas ou instalações acadêmicas (SCHOLARS AT RISK, 2021).

A *Criminalização* e a *Fiscalização* indicam que o mecanismo de operação da *Destituição* controla a atividade acadêmica tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Isso revela que as estratégias de retaliação profissional, como suspensões, expulsões e demissões, constituem uma forma de ataque simultaneamente interno e externo. A demarcação entre as dimensões interna e externa é fluida e, por isso, muitas vezes pode operar de forma articulada. Em outras palavras, representa o risco de perda da posição acadêmica e, consequentemente, do apoio institucional necessário para o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa. Nesse contexto, a *Destituição* tem um *Efeito Dissuasor*, que se manifesta em dois aspectos principais: a) *Exemplaridade*: a punição sinaliza os riscos associados ao não conformismo acadêmico; b) *Disciplinamento*: a condenação busca evitar que a atividade acadêmica questione o poder dominante. O Efeito Dissuasor torna o ambiente acadêmico intransparente e induz à autocensura. Afinal, a insegurança acadêmica deixa os pesquisadores mais isolados e vulneráveis.

A *Destituição* constitui um *Constritor Jurídico: um mecanismo burocrático que sufoca a atividade cognitiva*. Refere-se à utilização de processos judiciais e outras medidas coercitivas tanto para punir quanto para restringir o desenvolvimento da atividade acadêmica. Esses mecanismos estão frequentemente relacionados a questões de segurança nacional, terrorismo, sedição ou difamação. Tais práticas têm um profundo efeito negativo, pois aumentam o custo profissional de manter a atividade acadêmica em áreas controversas, colocando em risco o sustento dos acadêmicos. Esse cenário é extremamente patológico para o funcionamento adequado do ecossistema acadêmico, na medida em que dissemina um clima de desconfiança e insegurança. Afinal, processos injustos e assédio jurídico têm o potencial de corroer profundamente não apenas o modo de vida acadêmico, mas também a própria integridade do conhecimento científico. Portanto, o processo de *Destituição* marca a transição das táticas de influência para táticas de controle e dissuasão da atividade acadêmica.

DESTRUIÇÃO

A *Destruição* refere-se ao acionamento de um arsenal de ameaças, intimidações e ataques físicos contra pesquisadores. Esse mecanismo se manifesta quando pesquisadores são deliberadamente submetidos à violência física com o objetivo de impedir o desenvolvimento de suas pesquisas ou posicionamentos. Em sua expressão mais extrema, a *Destruição* ocorre quando um pesquisador é morto ou desaparece em razão de seu trabalho. Nesse sentido, representa a violação mais grave da *Liberdade Acadêmica*, pois envolve também a transgressão dos *Direitos Humanos* fundamentais. O uso desse arsenal geralmente começa com insultos e ameaças, mas pode escalar para agressões físicas e, em casos extremos, até assassinatos. Trata-se de uma interferência não apenas indesejável, mas também perigosa para a atividade acadêmica. A *Destruição* pode ser definida como qualquer ameaça ou uso deliberado da força contra instituições de ensino superior ou membros da comunidade acadêmica. Portanto, esse mecanismo não se limita a negar aos dissidentes sua posição epistêmica, legitimidade normativa ou condição institucional, mas ameaça até mesmo sua existência.

As estratégias de *Destruição* constituem uma modalidade de violência política (RUGGIERO, 2006). Mais precisamente, lidar com a atividade acadêmica de forma violenta: *atos interpessoais de força que infligem dano ou lesão física*. Ou seja, a utilização da força não autorizada (ilegal e ilegítima) dirigida contra a universidade em geral e os pesquisadores em particular. É utilizada, frequentemente, para reafirmar o poder político diante do risco de perda devido as informações ou ao ativismo acadêmico (LAZOTTE, 2020). Isto acontece quando as universidades são consideradas um agente político que deve ser reprimido e, desta forma, a atividade acadêmica se transforma em dissidência. Visa, desta forma, aumentar as restrições para reduzir as possibilidades ou potencialidades acadêmicas. Neste sentido, pressupõe que a atividade acadêmica seja considerada, ao mesmo tempo, ilegítima e ameaçadora. Como consequência visa punir, deter ou privar crenças cognitivas ou posicionamentos normativos por meio da coerção, constrangimento ou da força.

O potencial de oposição da atividade acadêmica sempre foi alvo de regimes repressivos ou de grupos extremistas. Basta lembrar a perseguição de cientistas na Europa nas décadas de 1930 e 1940; nos regimes socialistas no período pós-guerra; os ataques às universidades na América Latina pelas ditaduras militares dos anos 1960 e 1970; e os atuais desafios enfrentados no Afeganistão, Quênia, Paquistão, Índia, Turquia e Iêmen. De fato, a maior parte das pressões sobre a atividade acadêmica vem do próprio Estado e envolve ataques abertamente violentos. Esses ataques incluem a ocupação forçada de instalações universitárias, além de prisão, detenção, tortura e assassinato de acadêmicos. No entanto, também é importante considerar as chamadas “mortes por desespero”, que se manifestam no aumento

acentuado do uso de medicamentos e alcoolismo, em resposta à ansiedade e à depressão. O exemplo mais trágico desse fenômeno é a situação em que muitos acadêmicos são levados ao suicídio.

Os motivos para o uso da estratégia de *Destruição* são múltiplos e variam não apenas dentro de um contexto, mas também entre diferentes contextos. Afinal, instituições e acadêmicos podem ser, simultaneamente, defensores e ameaças ao poder e à legitimidade de atores estatais e não estatais. Esses motivos estão frequentemente relacionados a três condicionantes principais: a) *a natureza do ensino, pesquisa ou extensão*; b) *questões identitárias, religiosas, sectárias e de gênero*; c) *fatores relacionados a conflitos armados e violência generalizada* (NOVELLI; SELENICA, 2014). Evidentemente, qualquer ataque específico pode envolver mais de uma dessas categorias. Isso ocorre especialmente quando as universidades são vistas como centros de radicalização, onde pesquisas e cursos, artigos e textos, declarações e sites são percebidos como ameaças. Por isso, o objetivo dessas estratégias é sempre o mesmo: combater ideias consideradas perigosas, controlar seus promotores, moldar a atividade acadêmica e submeter as universidades ao controle. Isso sugere que as pressões sobre a atividade acadêmica são multivariadas.

A pesquisa científica frequentemente ocorre fora da zona de conforto acadêmico, envolvendo riscos cognitivos, normativos ou financeiros. Atividades como estudos em áreas perigosas, investigações sobre temas sensíveis ou politicamente proibidos podem expor pesquisadores a ameaças distintas, desde riscos naturais até violência política, militar, ideológica ou religiosa, colocando suas vidas em perigo. Além disso, a politização dos *campi* reforça essas ameaças. Governos controlam universidades por meio de nomeações políticas, gerando tensões com acadêmicos que se recusam a apoiar o governo ou desafiam sua autoridade. Essa dinâmica pode resultar em intimidação, ameaças, sequestros e até assassinatos, perpetrados por atores estatais e não estatais, como grupos extremistas, forças policiais, paramilitares e até membros da comunidade acadêmica. Assim, tanto a natureza do trabalho acadêmico quanto o ambiente político podem transformar universidades e pesquisadores em alvos de violência.

A dinâmica de *Destruição* parece seguir um padrão de relação entre segurança externa e autonomia interna (GCPEA, 2013). Essa dinâmica tende a variar em função da capacidade das universidades, em geral, e dos acadêmicos, em particular, de tomar suas próprias decisões e governar a si mesmos: a) *Autonomia*: varia de alta, quando a comunidade acadêmica possui baixa dependência do Estado, para baixa, quando a dependência é elevada; b) *Segurança*: varia de alto grau de insegurança, onde assassinatos ou atentados ocorrem regularmente, para baixo, onde a violência física e a força coercitiva são incomuns. A hipótese sugere que quanto maior a autonomia interna e maior a insegurança externa, mais disseminada será a dinâmica de *Destruição*. Nesse cenário, os ataques tornam-se mais críveis e frequentes, especialmente quando há um quadro de autonomia interna aliado à insegurança

externa. Afinal, em universidades rigidamente controladas internamente, não existe espaço para contestação. Portanto, é na articulação entre impunidade externa e autonomia interna que se criam os cenários mais instáveis e propícios para a *Destruição*.

Nesse sentido, a *Destruição* parece seguir um padrão de opressão acadêmica bastante específico. Dados compilados pelo *Institute of International Education*, com base no *Scholar Rescue Fund*, indicam que há uma correlação entre a localização geográfica, o tamanho da população acadêmica e as circunstâncias sociais e econômicas do contexto analisado (JARECKI; KAISTH, 2009). Embora esses dados não permitam estabelecer julgamentos categóricos, frequentemente, a adoção de estratégias de *Destruição* ocorre em contextos sociais caracterizados por PIB baixo, baixa densidade de população acadêmica e alta instabilidade política. Em outras palavras, quanto maior a pobreza e a opressão, mais violentos tendem a ser os ataques à atividade acadêmica. Isso sugere que a fragilidade da comunidade acadêmica (coletivo) aumenta a vulnerabilidade dos acadêmicos (individual). Em última instância, o ator-chave é o Estado, uma vez que é o principal responsável por garantir e proteger a atividade acadêmica. A Destruição ocorre quando o Estado falha em oferecer essa proteção ou, pior, quando se torna cúmplice dos ataques à *Liberdade Acadêmica*.

Os ataques violentos à atividade acadêmica ocorrem tanto de forma isolada quanto organizada, com o objetivo de atingir intencionalmente instituições ou indivíduos específicos. Nesse contexto, o alvo pode ser um campus universitário (salas de aula, transportes, dormitórios) ou um representante universitário (pesquisador ou gestor) que simbolize a autonomia acadêmica. Esses ataques possuem dois objetivos principais: a) funcionam como um mecanismo político de interrupção das atividades acadêmicas; b) servem como uma sinalização intimidatória para o desenvolvimento futuro dessas atividades. Frequentemente, esses episódios caracterizam-se pela ausência de investigações aprofundadas e pela falta de medidas de responsabilização. A impunidade reforça o clima de insegurança, paralisando a dinâmica de pesquisa, ensino e extensão. Em muitos casos, o não reconhecimento dos ataques resulta no abandono das atividades acadêmicas. De fato, um ataque a um acadêmico ou a uma instituição não é apenas um ato isolado, mas também um ataque político contra os valores acadêmicos que essas entidades representam.

Uma variedade de exemplos ilustra a estreita conexão entre universidades e governos nos casos de *Destruição*. Todos os anos, centenas de professores e alunos de universidades ao redor do mundo são ameaçados, intimidados ou atacados. A fonte mais comum de informação são evidências anedóticas extraídas de relatos de ataques. Nesse contexto, há diversos casos em que autoridades utilizam medidas coercitivas para retaliar ou impedir as atividades de professores e alunos. Essas medidas incluem ameaças ou uso deliberado de força violenta ou coercitiva contra acadêmicos ou instituições. Em casos

extremos, envolvem assassinatos, desaparecimentos ou capturas. De acordo com o relatório Free to Think 2021, entre setembro de 2020 e agosto de 2021, foram registrados 110 casos de violência e 101 prisões (SCHOLARS AT RISK, 2021). Esses episódios frequentemente envolvem o Estado e órgãos governamentais, além de ativistas armados, grupos extremistas, forças policiais e militares, entre outros. O propósito evidente dessas ações é enfraquecer a segurança acadêmica tanto em termos individuais quanto institucionais.

Os ataques às universidades e aos pesquisadores configuram práticas de destruição direcionadas à integridade acadêmica. Ataques a universidades envolvem violência física e cibernética, como explosões, tiroteios, invasões e ataques digitais, visando desestabilizar a infraestrutura e comprometer a continuidade das atividades educacionais. Esses eventos geram impactos duradouros, incluindo danos à infraestrutura, materiais e propriedades, além de uma sensação de insegurança que afeta professores e alunos, prejudicando o ambiente acadêmico. Por outro lado, os ataques a pesquisadores são direcionados a acadêmicos cujas atividades desestabilizam interesses de grupos dominantes, frequentemente envolvendo ameaças à segurança e à vida. A produção e disseminação de conhecimento desafiam estruturas de poder, tornando esses pesquisadores alvos de violência, especialmente quando suas opiniões e descobertas são rotuladas como extremistas. Ambas as formas de ataque comprometem o bem-estar e a continuidade do trabalho acadêmico.

A frequência e o alcance dos ataques variam muito; porém, os efeitos são sempre duradouros. É que, embora os métodos de opressão variem, os objetivos são sempre os mesmos: *criar um ambiente no qual a atividade acadêmica aberta não seja apenas desencorajada, mas, na verdade, se torne arriscada*. Assim, as ações de *Destruição* vêm sempre acopladas à crença de que a *Liberdade Acadêmica* constitui uma ameaça e, desta forma, são justificadas pela retórica da segurança. Isso força os acadêmicos a tomar partido dentro de uma linha de demarcação política que torna o perímetro de securitização móvel. Além disso, como frequentemente as universidades e os pesquisadores encontram-se desprotegidos, é muito fácil paralisar as atividades acadêmicas por meio de ataques violentos (BRADFORD; WILSON, 2013). Por isso, constitui uma forma fácil de enviar uma mensagem não somente ao meio acadêmico, mas, sobretudo, ao público em geral. Portanto, os ataques à atividade acadêmica são, ao mesmo tempo, instrumentais e simbólicos.

A *Destruição* compreende um padrão de *Ataque Violento*: é quando fazer perguntas ou fornecer respostas se torna perigoso. Ataques violentos e coercitivos à *Liberdade Acadêmica* são um problema generalizado que afeta as instituições e os pesquisadores no mundo todo. Incluem atos de violência intencional que resultam em danos às instituições ou aos indivíduos; mas também atos deliberados de coerção e intimidação que criam um clima de medo e repressão, prejudicando a atividade acadêmica.

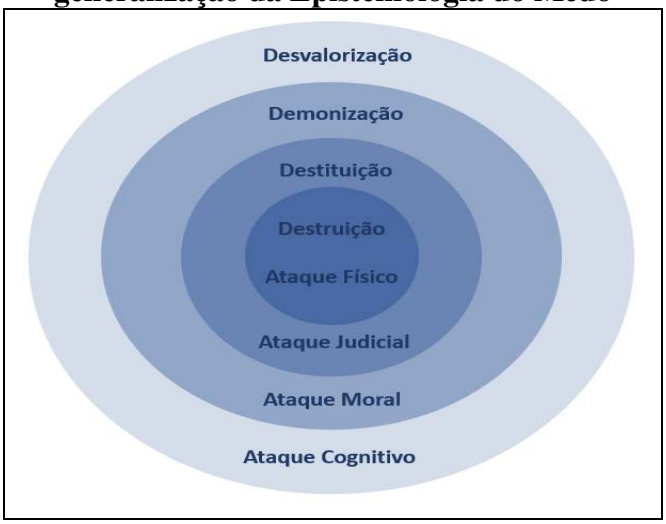
Acontece em situações em que as universidades e seus acadêmicos são percebidos como uma ameaça e atacados de forma violenta. Visam, ao mesmo tempo, o isolamento e a perseguição, tanto individual quanto da comunidade como um todo. Com ameaças, prisões, torturas ou mortes, desaparecem as ideias, assim como a capacidade de renovação. Ocorre quando as condições de calibragem entre *Segurança* e *Autonomia* são desequilibradas. Diante da sensação generalizada de vulnerabilidade, garantir a segurança das comunidades universitárias parece uma tarefa assustadora.

SÍNTESE

Talvez a *Liberdade Acadêmica* sempre tenha estado em crise... Isso acontece porque a fronteira que demarca o certo e o errado está sempre em movimento. Nota-se, assim, que a *Liberdade Acadêmica* não é um direito estático, mas um produto de uma relação em constante mudança. E, por isso também, a *Liberdade Acadêmica* nunca está segura. Nesse sentido, aqueles que se preocupam com o núcleo dos valores da universidade precisam estar sempre vigilantes. Afinal, a autonomia de pesquisar, ensinar e estender o conhecimento constitui um princípio que é constantemente questionado. Trata-se de uma conquista recente, estabelecida com muita dificuldade. Porém, nos últimos anos, verifica-se que ela tem sido sistematicamente reduzida, reinterpretada e, sobretudo, violada. No entanto, o mais assustador parece ser a falta de uma defesa vigilante e robusta da Liberdade Acadêmica atualmente. Paradoxalmente, a *Liberdade Acadêmica* é explorada de forma a tentar destruir essa garantia, enquanto se argumenta que ela é uma farsa.

Um elemento notável do ataque sistemático à *Liberdade Acadêmica* é que ele opera por meio da *Epistemologia do Medo*. A *Epistemologia do Medo* constitui o efeito emergente, não desejado, mas real, da dialética da divisão. A divisão atravessa não somente paradigmas e disciplinas, mas também as ciências e as escolas profissionais. Ocorre tanto *unilateralmente* (quando uma parte ataca a outra), quanto *bilateralmente* (quando duas partes se atacam) e até *trilateralmente* (quando efetuada por um terceiro). Sua aplicação varia, assim, em função da estrutura e escala de cada divisão. É condicionada, nesse sentido, pelo efeito combinado de dois conjuntos de forças: a) *Pressão Externa*, imposta; b) *Pressão Interna*, autoimposta. Nesse sentido, o que a ideia de uma *Epistemologia do Medo* revela é a perda progressiva, por parte dos acadêmicos, da capacidade de expressar ideias livremente com seus colegas e alunos. Portanto, seu efeito mais perverso não é apenas degenerar o valor do conhecimento, mas, principalmente, isolar as pessoas (Figura 2).

Figura 2 - Espectro de intensidade e generalização da Epistemologia do Medo



Fonte: Elaboração própria.

A *Epistemologia do Medo* possui uma geometria variável. A flexibilidade do padrão de ataque se ajusta aos complexos contextos sociais do agenciamento acadêmico. Embora os padrões de ameaça difiram em forma e intensidade, os objetivos são os mesmos: *criar um ambiente de insegurança que desestabiliza a atividade acadêmica*. No sentido estrito, portanto, medeia as relações sociais que possibilitam a produção, distribuição e utilização do conhecimento acadêmico. Pode-se dizer, assim, que as estratégias variam porque não há uma motivação única para a perseguição acadêmica. A *Epistemologia do Medo* constitui um marcador, ao mesmo tempo, da atividade individual e da organização coletiva. Dessa forma, desestabiliza o sistema de coordenadas que articula o agenciamento acadêmico com o contexto social. Seus impactos variam em intensidade e frequência; porém, fazem parte da rotina universitária. O que torna academicamente dolorosa a normalização da *Epistemologia do Medo* é que ela coloca os valores centrais da *Liberdade Acadêmica* em contradição.

Ou seja, existe uma relação inversamente proporcional entre a *Liberdade Acadêmica* e a normalização da *Epistemologia do Medo*: *se a Epistemologia do Medo aumenta, a Liberdade Acadêmica diminui*. Afinal, abrange mecanismos tão diversos como desacordos e controvérsias, fofocas e estigmatizações, litígios e sabotagens, violência e mortes... A hostilidade, o assédio e as ameaças generalizadas afetam a capacidade de professores e alunos de produzir, transmitir e transferir novos conhecimentos na universidade. Isso acontece porque a *Epistemologia do Medo* desencadeia dois tipos de externalidades negativas: a*) custo institucional*: a diminuição da capacidade de aprendizagem coletiva da universidade; b) *custos pessoais*: menos visíveis, mas não menos importantes, o estresse emocional e a insegurança financeira individual. O efeito combinado institui um *Auto-de-fé-Cognitivo*

que se alastra a cada dia, queimando toda a heresia. Se não combatida rapidamente, a *Epistemologia do Medo* devasta tudo o que se opõe em seu caminho.

As patologias acadêmicas desencadeadas pela *Epistemologia do Medo* não são residuais. Afinal, em alguns ambientes universitários, têm um status dominante e um efeito deletério sobre as atividades acadêmicas. Acabam valorizando o *Cherry Picking*, a *Sinalização Moral*, o *Compadrio Acadêmico* e a *Repressão Seletiva* (Quadro 1). Em todas as suas variações, representam uma forma extrema de violência intelectual destinada a quebrar a autonomia intelectual e compelir à conformação. Representam, assim, a subordinação das evidências às crenças e, consequentemente, a impossibilidade autônoma da atividade científica e da produção coletiva do conhecimento. Foram projetadas para impedir a possibilidade de estabelecimento de um ponto de vista comum, acessível a todos e que possa ser usado para gerir a sociedade. Afinal, para que a universidade desempenhe sua função pública, precisa ser pluralista: *aprender, como instituição, a abraçar a ideia de conviver com os opostos, com o contrário, com a negação de tudo em que se acredita.*

Quadro 1 – Quadro sinóptico de operação da Epistemologia do Medo

DIMENSÕES DE ATAQUE			
Desvalorização	**Demonização**	**Destituição**	**Destruição**
Rival Epistêmico	Oponente ideológico	Adversário institucional	Inimigo existencial
Plano cognitivo	Plano político	Plano financeiro	Plano físico
Controvérsia cognitiva	Disputa Normativa	Litígio legal	Ataque político
Posição epistêmica	Crença normativa	Condição institucional	Modo de vida
Silenciamento discursivo	Estigmatização ideológica	Retaliação jurídica	Agressão física
Abandono da crença	Pedido de perdão	Neutralização discursiva	Exílio institucional
Hipocrisia passiva	Conformidade ressentida	Conciliação legal	Deserção acadêmica
Censura discursiva	Segregação grupal	Delação anônima	Temor generalizado
Verdade objetiva	Neutralidade axiológica	Proteção coorporativa	Empatia comunitária
Obscurantismo cognitivo	Desagregação comunitária	Instabilidade institucional	Insegurança física
Viés cognitivo	Patrulha preventiva	Coação legal	Força Bruta

Fonte: Elaboração própria.

Sabemos que a variação normativa é uma função da diversidade social: *quanto maior a diversidade social, maior a variação normativa*. Assim, a *Epistemologia do Medo* pode ser considerada um *proxy* de controle da variação social na universidade. Nesse sentido, a questão é determinar a variação social dos parâmetros (*cognitivo*, *normativo*, *institucional* e *político*) de avaliação. Isso significa que uma pesquisa, um curso ou um livro pode ser considerado, ao mesmo tempo, falso, ultrajante ou intolerável academicamente. Embora ainda não exista um consenso completo sobre os fatores que condicionam a emergência e disseminação da *Epistemologia do Medo*, já é possível estabelecer algumas aproximações. Parece que o modo particular empregado depende das condições

sociais que prevalecem em cada caso. Cada modalidade tende a aparecer em contextos sociais específicos: a) nas estratégias de controle da diversidade social interna, prevalecem as modalidades de *Desvalorização* e *Demonização*; b) nas estratégias de controle externo, *Destituição* e *Destruição*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência não é um concurso de popularidade. Consequentemente, cientistas não devem ser punidos ou banidos por fazer perguntas ou apresentar respostas. Afinal, inevitavelmente, diante do cenário da *Epistemologia do Medo*, emergem a autocensura e a passividade. A epistemologia do medo é perniciosa por dois motivos interligados: a) induz pesquisas incontroversas; b) provoca o abandono de questões potencialmente significativas. Porém, uma característica importante e desafiadora é que não existe um movimento organizado impulsionado pela *Epistemologia do Medo*. Se houvesse, seria mais fácil neutralizar seus efeitos perversos. A *Epistemologia do Medo* constitui o efeito emergente de um conjunto de forças, ao mesmo tempo, culturais e políticas, que se retroalimentam no ambiente universitário. Isso é muito assustador e intimidador porque, em princípio, todo acadêmico é um desviante. Embora a epistemologia do medo opere localmente, a preservação da integridade acadêmica implica:

a) Para neutralizar os efeitos perversos da Desvalorização, é preciso controlar o *Fechamento Reflexivo* promovendo a *Abertura Transitiva*: *priorizar a crítica centrada na virtude (complementar) em detrimento da crítica centrada na falha (desacreditar)*;

b) Para neutralizar os efeitos perversos do processo de *Demonização*, é preciso controlar o *Favoritismo Intragrupal* fortalecendo a Tolerância Generalizada: *falar de forma neutra, lembrando que todo conhecimento é provisório;*

c) Para neutralizar os efeitos perversos do processo de *Destituição*, é preciso controlar os *Constritores Jurídicos* por meio da *Confiança Cooperativa*: *suspender a publicação de códigos de conduta deliberadamente vagos usados para censurar opiniões;*

d) Para neutralizar os efeitos perversos do processo de *Destruição*, é preciso acabar com os Ataques Violentos por meio do aumento da segurança acadêmica: *agir de forma coletiva visando à proteção individual*.

A universidade é uma incubadora de novos conhecimentos. Quando a *Epistemologia do Medo* se instala no ecossistema acadêmico, desequilibra, tanto cognitivamente quanto normativamente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Inicia com a renúncia do compromisso epistêmico com a verdade, segue pelo abandono do valor da *Objetividade*, passa em seguida pelo combate à *Liberdade de Expressão* até chegar à negação da *Presunção de Inocência*. O efeito combinado é uma espiral de ignorância, ofensas, ameaças e agressões. Por isso, a *Liberdade Acadêmica* deve ser considerada, ao

mesmo tempo, um direito e um dever: *constitui o direito individual do membro do corpo docente de negociar os compromissos cognitivos e profissionais, mas também a obrigação de usar a autonomia para a defesa coletiva da comunidade acadêmica afirmativamente*. Como sintetiza o *Report of the Committee on Freedom of Expression at Yale* de 1974, a universidade é a instituição criada para: "pensar o impensável, discutir o indizível e desafiar o incontestável"!

REFERÊNCIAS

ABY, S.; KUHN, J. C. **Academic freedom**: a guide to the literature. London: Greenwood, 2000.

BARENDT, E. **Academic freedom and the law**: a comparative study. Portland: Hart Publishing, 2010.

BAUER, M. "Socio-demographic correlates of DK-responses in knowledge surveys: self-attributed ignorance of Science". **Social Science Information**, vol. 35, 1996.

BEAUD, O. **Le savior em danger**: menaces sur la liberté académique. Paris: PUF, 2021.

BLACK, D. **The social structure of right and wrong**. New York: Academic Press, 1993.

BLANCO, F.; MATUTE, H. "The illusion of causality: a cognitive bias underlying pseudoscience". *In*: KAUFMAN, A. B.; KAUFMAN, J. C.; HECH, D. K. **Pseudoscience**: the conspiracy against Science. Boston: The MIT Press, 2019.

BRADFORD, E.; WILSON, M. "When terrorists target schools: an exploratory analysis of attacks on educational institutions". **Journal of Police, Crime and Psychology**, vol. 28, 2013.

BRONNER, G. **La démocratie des crédules**. Paris: PUF, 2013.

CAMPBELL, B.; MANNING, J. **The rise of victimhood culture**. London: Palgrave, 2018.

CARDON, D. **À qoi rêvent les algorithmes**: nous viés à l'heure des Big Data. Paris: La Republique des Idees, 2015.

COHEN, S. **Folk devils and moral panic**: the creation of mods and rockers. London: Routledge, 2002.

DIXON, K. **The Sociology of Belief**: Fallacy and Foundation. London: Routledge, 1980.

ELIACHEFF, C.; LARIVIÈRE. **Le temps des victimes**. Paris: Éditions Albin Michel, 2007.

ELSTER, J. "Obscuratism and academic freedom". *In*: BILGRAMI, A.; COLE, J. R. **Who's afraid of academic freedom?** New York: Columbia University Press, 2015.

ERNER, G. **La Société des victimes**. Paris: La Découverte, 2006.

FESTINGER, L. **When the prophecy fails**. Eastford: Martino Fine Books, 2009.

FINN, E. **What algorithms want**: imagination in the age of computing. Cambridge: The MIT Press, 2017.

FRANGVILLE, V. *et al*. **La liberté académique**: enjeux et menaces. Paris: Maison des Sciences Humaines, 2021.

FUCHS, C. **Social media**: a critical introduction. London: SAGE, 2017.

FULLER, S. **Post-truth knowledge as a power game**. London: Anthem Press, 2018.

GCPEA - Global Coalition To Protect Education From Attack. **Institutional Autonomy and the Protection of Higher Education from Attack**: a research study of the Higher Education Working Group. New York: GCPEA, 2013. Disponível em: <wwwprotectingeducation.org>. Acesso em: 23/12/2024.

GILOVICH, T. *et al*. **Heuristics and biases**: the psychology of intuitive judgment. New York: Cambridge University Press, 2002.

GOODE, E.; BEM-YEHUDA, N. **Moral panic**: the social construction of deviance. London: Wiley-Blackwell, 2009.

GORNITZKA, A. *et al*. "The bureaucratization of university". **Minerva**, vol. 36, 1998.

GRIMM, J.; SALIBA, I. "Free research in fearful times: conceptualizing an index to monitor academic freedom". **Interdisciplinary Political Studies**, vol. 3, n. 1, 2017.

HALL, G. **The uberrification of the university**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

HANSSON, S. "Science denial as a form of pseudoscience". **Studies in History and Philosophy of Science**, vol. 63, 2017.

HASELTON, M. G.; NETTLE, D. "The Paranoid Optimist: An Integrative Evolutionary Model of Cognitive Biases". **Personality and Social Psychology Review**, vol. 10, n. 1, 2006.

JARECKI, H. G.; KAISTH, D. Z. **Scholar rescue in the modern world**. New York: Institute of International Education, 2009.

KAUFMAN, A. B. *et al*. **Pseudoscience**: the conspiracy against Science. Boston: The MIT Press, 2019.

KNORR-CETINA, K. **Epistemic cultures**: how the sciences make knowledge. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Pioneira, 1989.

KUNDA, Z. "The Case for motivated reasoning". **Psychological Bulletin**, vol. 108, n. 3, 1990.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAZOTTE, S. M. "Violence against the academy: a comparative analysis of attacks and implications for the future of higher education". **The William and Mary Educational Review**, vol. 7, n. 1, 2020.

MATTEDI, M. **A sociologia da ciência**: temas, problemas e abordagens. Blumenau: Editora da FURB, 2017.

MATTEDI, M. **Sociologia e conhecimento**: introdução à abordagem sociológica do conhecimento. Chapecó: Editora Argos, 2006.

MCINTYRE, L. **Post-truth**. Cambridge: MIT Press, 2018.

MENDES, C. H. *et al*. "Academic freedom in Brazil: a case study on recent development". **GPPI** [2020]. Disponível em: <www.gppi.net>. Acesso em: 23/12/2024.

MESSU, M. **L'ère de la victimisation**. Paris: L'aube, 2018.

MILLER, G. **Virtue signaling**: essays on darwinian politics and free speech. London: Cambrian Moon, 2019.

NELSON, C. **No university is an island**: saving academic freedom. New York: New York University Press, 2010.

NOVELLI, M.; SELENICA, E. **Protecting higher education from attack**. New York: GCPEA, 2014. Disponível em: <wwwprotectingeducation.org>. Acesso em: 23/12/2024.

PILATI, R. **Ciência e pseudociência**: porque acreditamos apenas naquilo que queremos acreditar. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

POSNER, R. A. **The problematics of moral legal theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

POZEN, D. E. "We are all entrepreneurs now". **Wake Forest Law Review**, vol. 43, 2008.

PUPAVAC, V. **Language rights**: from free speech to linguistic governance. London: Palgrave, 2012.

RAYMOND, E. "Kafkatrapping". **Antifeminist Praxis** [2015]. Disponível em: <www.antifeministpraxis.com>. Acesso em: 12/12/2024.

RUGGIERO, V. Understanding political violence. New York: Open University Press, 2006.

SCHMID, P.; BETSCH, C. "Effective strategies for rebutting science denialism in public discussions". **Nature Human Behavior**, vol. 3, 2019.

SCHOOLAR AT RISK. "Free to Think Report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project". **Schoolar at Risk** [2021]. Disponível em: <www.scholarsatrisk.org>. Acesso em: 12/12/2024.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism**: politics, policies and the entrepreneurial university. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

STONE, G. "A brief history of academic freedom". *In*: BILGRAMI, A.; COLE, J. R. **Who's afraid of academic freedom?** New York: Columbia University Press, 2015.

SYKES, C. J. **A nation of victims**: the decay of the American character. New York: St. Martin's Press, 1992.

WASHBURN, J. **University, inc**.: the corporate corruption of higher education. New York: Basic Book, 2005.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 21 | Nº 62 | Boa Vista |2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima